A Inteligência Artificial no Meio Jurídico Brasileiro: Desafios Éticos, Jurídicos e Perspectivas de Transformação Digital

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Izabela Cristina Mendes Coxir

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A inserção da Inteligência Artificial (IA) no meio jurídico brasileiro representa um marco na modernização das práticas forenses, administrativas e acadêmicas. Ferramentas de automação, análise de dados e geração de textos jurídicos vêm transformando a forma como advogados, magistrados e servidores públicos lidam com informações e processos. Apesar das vantagens — como agilidade, redução de custos e aumento da eficiência —, o uso da IA levanta preocupações éticas, jurídicas e técnicas. Questões como a transparência dos algoritmos, a proteção de dados pessoais e a responsabilidade por decisões automatizadas desafiam o atual ordenamento jurídico. Nesse contexto, o estudo busca compreender os impactos da IA no sistema de Justiça e como o Direito pode regular sua aplicação de forma segura e equitativa.

Objetivo

Analisar os impactos da Inteligência Artificial no sistema jurídico brasileiro, identificando benefícios, riscos e desafios ético-jurídicos, bem como propor reflexões sobre a necessidade de regulação e capacitação profissional diante da transformação digital no Direito.

Material e Métodos

A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, com método dedutivo e base bibliográfica e documental. Foram analisadas legislações nacionais, como a Lei nº 14.510/2022 (que institui a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial) e o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), além de relatórios do Conselho Nacional de Justiça e artigos científicos sobre inovação tecnológica no Direito. O estudo também considera diretrizes internacionais da União Europeia e da OCDE sobre o uso ético da IA. A análise buscou compreender como o ordenamento jurídico brasileiro se estrutura para lidar com as inovações tecnológicas e quais medidas podem garantir segurança jurídica, eficiência e respeito aos direitos fundamentais..

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que o uso da Inteligência Artificial no meio jurídico brasileiro é crescente, com destaque para projetos do Poder Judiciário, como o sistema “Victor” do STF e o “Sinapses” do CNJ, que utilizam IA para triagem e análise processual. Contudo, a ausência de uma legislação específica para regular a responsabilidade

por decisões automatizadas e a falta de transparência nos algoritmos ainda geram insegurança. A IA traz ganhos expressivos de eficiência, mas também exige reflexão sobre ética, imparcialidade e privacidade. O debate aponta para a necessidade de um marco regulatório nacional que estabeleça princípios como explicabilidade, governança algorítmica e supervisão humana, assegurando que a tecnologia sirva à Justiça e não substitua o julgamento humano.

Conclusão

Conclui-se que a Inteligência Artificial é instrumento de inovação indispensável ao futuro do Direito, desde que sua utilização observe princípios éticos e jurídicos. A regulação adequada, aliada à capacitação de profissionais e ao controle humano das decisões automatizadas, é essencial para garantir um sistema de Justiça moderno, transparente e confiável.

Referências

BRASIL. Lei nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022. Institui a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial.
BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet.
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Relatório Justiça 4.0 e Inteligência Artificial. Brasília, 2024.
SANTOS, Ana Paula. Ética e Inteligência Artificial no Direito. São Paulo: Atlas, 2023.